



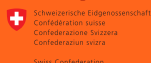
ACP OBSERVATORY ON MIGRATION
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

Famílias transnacionais e o impacto em termos sociais e de género da mobilidade nos países ACP



*Uma iniciativa do Secretariado ACP,
financiada pela União Europeia,*

*implementada pela IOM e com o apoio financeiro da Suíça,
da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA*



Nota de informação

ACPOBS/2012/NI06

2012

Observatório ACP das Migrações

O Observatório ACP das Migrações é uma iniciativa do Secretariado do Grupo dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), financiada pela União Europeia, implementada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) num consórcio com 15 parceiros e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA. Fundado em 2010, o Observatório ACP é uma instituição concebida para produzir dados relativos à migração Sul-Sul no Grupo dos Estados ACP para migrantes, para a sociedade civil e para os decisores políticos, bem como para aperfeiçoar as capacidades de investigação nos países ACP para a melhoria da situação dos migrantes e o fortalecimento da relação migração-desenvolvimento.

O Observatório foi fundado para facilitar a criação de uma rede de instituições de investigação e de especialistas na investigação da migração. As actividades estão a iniciar-se em 12 países piloto e serão progressivamente alargadas a outros países ACP interessados. Os 12 países piloto são: Angola, Camarões, Haiti, Quénia, Lesoto, Nigéria, Papua-Nova Guiné, a República Democrática do Congo, a República Unida da Tanzânia, Senegal, Timor-Leste, e Trindade e Tobago.

O Observatório deu início a actividades de investigação e de criação de capacidades relativamente à migração Sul-Sul e ao desenvolvimento. Através destas actividades, o Observatório ACP pretende abordar muitas questões que assumem uma importância cada vez maior para o Grupo ACP no âmbito da relação migração-desenvolvimento. É possível aceder e transferir gratuitamente documentos e outros dados de investigação, bem como manuais de desenvolvimento de capacidades através da página web do Observatório (www.acpmigration-obs.org). Outras publicações e informações futuras sobre as actividades do Observatório serão publicadas on-line.

© 2012 Organização Internacional para as Migrações (OIM)

© 2012 Observatório ACP das Migrações

Documento elaborado por Susanne Melde, Encarregada de estudos, Observatório das Migrações ACP. A autora gostaria de agradecer à Sra. Tracy Cudjoe, Ponto de Contacto, Observatório das Migrações ACP, Trinidad e Tobago, pela assistência prestada ao estudo. Esta publicação foi produzida com a assistência financeira da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade do Observatório ACP das Migrações e não pode em caso algum ser considerado como reflectindo a posição do Secretariado do Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), da União Europeia, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e dos outros membros do consórcio do Observatório ACP das Migrações, da Confederação Suíça ou do UNFPA.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser extraída, reproduzida, traduzida ou utilizada em qualquer formato ou em qualquer meio, eletrónico, mecânico, incluindo fotocópia e gravação ou qualquer outro meio, sem o prévio consentimento por escrito do editor.



ACP OBSERVATORY ON MIGRATION
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

***Famílias transnacionais e o
impacto em termos
sociais e de género da
mobilidade nos países ACP***

O fenómeno intra-regional de formação e reunificação da família transnacional em todos os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) reflecte um problema global que não tem sido muito abordado na agenda da migração e do desenvolvimento. Até à data, os impactos sociais da migração têm recebido pouca atenção por parte das políticas e debates de migração em geral. Há que ter especialmente em consideração os efeitos sociais positivos e negativos da mobilidade em famílias cujos membros estão radicados em mais do que um país.

A observação mais surpreendente é a **pouca investigação existente sobre famílias transnacionais no Sul, estando a maior parte da literatura sobre migração familiar transnacional centrada nos movimentos Sul-Norte**. Este fenómeno continua a ser em grande parte desconhecido devido à escassez de dados sobre o seu alcance, a par da falta de uma política e de um enquadramento jurídico adequados em muitos países. Verifica-se também uma eventual ligação entre migração familiar transnacional Norte-Sul e Sul-Sul.

As famílias transnacionais e os seus laços são constantemente estabelecidos, mantidos, reconfigurados e reduzidos ao longo do tempo e de fronteiras. Por conseguinte, esta Nota de informação começa por analisar a definição de “família transnacional” e de “transnacionalismo”. A segunda parte apresenta alguns tipos gerais de impactos sociais da mobilidade em diferentes membros de uma família transnacional e procura analisar a possível aplicação num contexto de migração Sul-Sul e ACP. Esta informação fornece ainda algumas conclusões, recomendações e boas práticas para os decisores políticos dos países ACP. Não são possíveis generalizações, uma vez que o impacto social depende de diferentes factores, como a classe social, o género e o acesso à entrada legal, práticas culturais, integração na economia global, mudanças políticas e distância geográfica (Orellana et al., 2001).

Na África do Sul,

- **1 em cada 4 famílias tinham um membro a trabalhar no estrangeiro,**
- **4 de 10 em áreas rurais** (SAMP, 2004)

Este número é ainda superior para

- **as famílias rurais da Tanzânia (50-60%)**
- **e para o Mali (80%)** (Tacoli, 2002)

As famílias transnacionais no Sul são em grande medida negligenciadas ao nível da investigação e das políticas, exigindo uma maior atenção a este respeito

1. Definição e dados sobre o impacto social da mobilidade em “famílias transnacionais”

Nas sociedades ocidentais entende-se por famílias dois membros de um agregado familiar no mínimo a viver na mesma residência, relacionados entre si por laços de sangue, casamento ou adopção (ver, por exemplo, Bauman, 1997), o que pode incluir, portanto, pequenas unidades, como sejam pais (solteiros) e os seus filhos, ou família alargada a partilhar a mesma habitação ou relacionados entre si em termos gerais. Não se considera que façam parte da família os membros da família não relacionados com os demais membros.¹

Definição de “famílias transnacionais”

“Famílias [cujos membros] vivem algum ou a maioria do tempo separad[o]s entre si, mas que mantêm a coesão e criam algo que pode ser visto como uma noção de bem-estar colectivo e de unidade, nomeadamente, “estrutura familiar”, mesmo para além das fronteiras nacionais” (Bryceson e Vuorela, 2002: 3)

Embora o **conceito ocidental de família** tenda a incluir apenas pequenas unidades nucleares centradas no casal, **em muitas sociedades, comunidades e culturas africanas, a “família” poderá ser extensiva a uma rede alargada** de parentesco na mesma aldeia ou comunidade. Na África Ocidental, por exemplo, as famílias são construídas em torno da descendência, ou seja, irmãos e irmãs que vivem juntos. Uma vez que se casem, o cônjuge muda-se com a noiva ou o noivo, dependendo da regra prevalecente da linhagem. Não constituem famílias separadas *per se*, mas podem representar unidades relativamente autónomas de produção e consumo. **Os cônjuges muitas vezes não são considerados parte da família** (Oyewumi, sd) mas estão ainda muitas vezes ligados por laços de parentesco, o que torna por vezes bastante difícil a distinção família/não família.

Estas famílias maiores também podem existir entre fronteiras. A definição de **“famílias transnacionais”** desenvolvida por Bryceson e Vuorela (2002:3, ver caixa de texto) aponta para a necessidade de **um elo comum e de laços** entre os membros de uma família que se encontram dispersos em mais do que um país.

1 Deste modo, esta concepção tradicional de “família” deixa de fora formas mais contemporâneas, como a coabitação, bem como esquemas de vida não familiares que, por conseguinte, não são abrangidos pela presente Nota. O estudo de estruturas familiares em mudança nos países ACP, em virtude de índices de casamento potencialmente inferiores, teria de ser objecto de mais investigação. A presente Nota também não abrange os pais “astronauta” desenvolvidos por Skeldon (1994), uma vez que se refere sobretudo a migração Sul-Norte de famílias asiáticas, com um dos pais a permanecer no país de origem.

“Transnacionalismo” em si é definido como “o processo pelo qual os indivíduos **estabelecem e mantêm ligações socioculturais para além de fronteiras geopolíticas**” (OIM, 2011, in Observatório ACP, 2011). “Famílias transnacionais” pode então ser entendido como as relações de parentesco colectivas com “nós residenciais” (Bjeren, 1997: 237) em pelo menos dois países. Estas unidades residenciais não são estáticas, mas podem mudar ao longo do tempo em termos de composição através da imigração, emigração e retorno de membros da família. Além disso, as famílias podem mudar devido à constituição de família e à alteração de esquemas de trabalho (Zontini, 2002, citado em Zontini, 2007). O elemento de **transnacionalismo** destas famílias **desafia, por conseguinte, a noção de residência partilhada em famílias geograficamente separadas** mas mantendo elos sociais, culturais, reprodutivos e de rendimento entre fronteiras (Zontini, 2007). Eis alguns exemplos de famílias transnacionais:

- 🌿 Pais que deixam as famílias para ir trabalhar no estrangeiro e se reúnem com a esposa e os filhos mais tarde;
- 🌿 Crianças e jovens a frequentar colégios (internos) no estrangeiro e/ou a estudar no estrangeiro (por vezes referidos como “filhos pára-quedas”, Ong, 1999) e, por exemplo, as mães que os acompanham, como no Leste e Sudeste Asiático² (Huang e Yeoh, 2005);
- 🌿 Mulheres (solteiras) que trabalham no estrangeiro, por exemplo, como empregadas domésticas e que têm que deixar os filhos para trás;
- 🌿 Reagrupamento familiar;
- 🌿 Um membro da família que regressa para tomar conta dos idosos;
- 🌿 Uma criança que é enviada para viver com familiares,³ etc.

Um elemento importante das famílias, a partilha de recursos materiais e financeiros, tais como o rendimento (Bauman, 1997; Schmalzbauer, 2010), torna-se transnacional nas famílias que residem em mais do que um país. Um ou mais membros da família, seja (um) progenitor(es), irmãos ou filhos adultos, poderá auferir os seus rendimentos no estrangeiro e enviar partes como remessas para os familiares noutros países. Esses beneficiários podem centrar-se nas funções de reprodução, socialização e consumo (Parreñas, 2001).

2 A definição das Nações Unidas de Sudeste Asiático inclui Timor-Leste, um país ACP do Pacífico.

3 Relativamente ao caso das crianças da África Ocidental consulte um [estudo de caso sobre o Senegal](#) (Coulibaly-Tandian, 2012).

As famílias transnacionais são um fenómeno dinâmico nos países ACP, mas a falta de dados fiáveis sobre a migração familiar, desdobrados por sexo e idade continua a ser problemática

Os migrantes, em particular, as mulheres, **estão muitas vezes envolvidos não só em actividades de reprodução como de geração de rendimento**, o que constitui um **elemento importante da manutenção das famílias transnacionais**. A circulação do parentesco e da prestação de cuidados nas famílias são factores de apoio neste contexto (Zontini, 2007). **Criar, manter esses laços vivos** e a ruptura com outros membros da família formam a base das famílias transnacionais (Bryceson e Vourela, 2002). A distância geográfica não impede a manutenção subjectiva de relações familiares próximas em termos de emoções e de confiança (Zontini, 2007).

2. Antecedentes e tipos de impactos sociais na vida familiar transnacional

As famílias transnacionais do Sul estão também ligadas à cadeia global de prestação de cuidados - seja através da geração de mais migração Sul-Sul ou de migração interna nos países ACP

As famílias transnacionais constituem um aspecto comum da migração, não apenas nos países ACP. Elas podem ir desde elites profissionais globais a trabalhadores migrantes pobres, e estão ligadas ao aumento da migração em todo o mundo, bem como com a globalização geral da produção (Zontini, 2007). Embora durante muito tempo se tenha considerado que os migrantes tendem a tomar a decisão unilateral de migrar, esse facto tem vindo a ser complementado por uma perspectiva familiar ao longo dos últimos anos (GFMD, 2010).

Entre as famílias transnacionais, o grupo de maior dimensão e menos privilegiado é representado por trabalhadores migrantes, em particular, os menos qualificados. Neste grupo, o desenvolvimento de famílias transnacionais é um fenómeno **estritamente ligado**, entre outros, **à cadeia global de prestação de cuidados** e à crescente concorrência empresarial no âmbito da globalização. A procura de prestadores de cuidados baratos e flexíveis nos países desenvolvidos é muitas vezes satisfeita por mulheres oriundas de países em desenvolvimento (Gagnon e Khoudour-Castéras, 2011; Zontini, 2007). Dado que esses trabalhadores vivem, na maioria das vezes, com a família para a qual trabalham e, devido às restrições cada vez maiores à imigração em muitos

países de destino, entre os quais, países em desenvolvimento, muitos destes prestadores de cuidados têm de deixar as suas famílias no país de origem (Hochschild, 2001; Parreñas, 2001).

A referida cadeia não inclui apenas a transferência de tarefas domésticas das mulheres ocidentais para as mulheres migrantes do Sul. A “economia global de prestação de cuidados” (Parreñas, 2005) inclui ainda as mulheres migrantes que necessitam posteriormente de mulheres não migrantes para tratar da sua própria família (Zontini, 2007; Kofman e Raghuram, 2009; Hujo e Piper, 2010). Esta é uma **dimensão importante do Sul**. As mulheres dos países ACP mais pobres podem trabalhar para famílias, em famílias e países em melhor condição, como é o caso das mulheres imigrantes africanas na África do Sul e dos migrantes prestadores de cuidados de outros países emergentes da Ásia e da América Latina (Gagnon e Khoudour-Castéras, 2011). Esta **ligação entre Sul-Norte com repercussões possivelmente ao nível da migração rural-urbana e Sul-Sul** ainda não foi cabalmente analisada. Afigura-se um fenómeno de análise relevante, sobretudo dada a importância cada vez maior de uma classe de “novos ricos” e da classe média relatada em muitos países africanos e emergentes, que geram a procura de trabalhadores domésticos migrantes, tanto do interior dos países como do estrangeiro (Gagnon e Khoudour-Castéras, 2011).

As famílias transnacionais no Sul também estão associadas a homens que migram por trabalho, sozinhos ou com partes da família. As tarefas na família podem então ser delegadas à esposa

Valores e questões de identidade em mudança

Os valores dos migrantes podem sofrer mudanças e o seu retorno ou actividades na diáspora podem alterar a cultura e normas tradicionais (Chappell e Sriskandarajah, 2007). Novas culturas e hábitos no destino podem dar origem a uma reavaliação das ideias e estilo de vida próprios do migrante, o que pode afectar a interacção com outros membros da família, tanto no destino como em outros países onde os membros da família possam residir. O efeito da vida familiar transnacional pode incluir também **mudança de normas**, tal

como o facto de um estilo de vida transnacional ser considerado normal (OIM, 2010b). A **socialização** pode ocorrer com base em pelo menos dois contextos socioculturais - os de origem e de destino(s). Crianças que poderão nunca mais regressar ao país de origem dos pais podem crescer num contexto onde os omnipresentes activos (nostálgicos) da cultura, povo e valores pertencem ao país de origem dos seus pais (Levitt e Glick Schiller, 2004).

Isso pode dar origem a **questões relacionadas com a “identidade”**, sendo o “imigrante” e o “outro” no destino, apesar de se considerar parte da sociedade e “daqueles que deixaram” a comunidade de origem. Esta “espécie de alteridade dupla” (Vuorinen, 2003: 71) está a ser definida como “diferente” em toda a parte e, muitas vezes, com base na etnia, língua materna e outros critérios. Esta **“alteridade forçada”** (Vuorinen, 2003: 72) pode ser um grande desafio, em especial para os migrantes de meia-idade que não se sentem totalmente “integrados” na sociedade de acolhimento. As crianças mais pequenas, que muitas vezes aprendem novos idiomas muito mais rápido e que são, portanto, mais dificilmente identificáveis enquanto imigrantes devido à língua, podem não considerar tudo isto um problema, apesar das eventuais dificuldades em definir quem são e onde pertencem (Vuorinen, 2003).

Evolução das estruturas familiares e redes sociais

A decisão de migrar pode basear-se no local para onde os membros da família, da comunidade ou do círculo de amigos migrem. A migração pode fazer parte da **estratégia em termos de recursos e de segurança de uma família na qual são atribuídas tarefas diferentes a distintos membros da família**. Estas tarefas podem ir desde seguir o ensino superior (geralmente, os homens jovens) a tratar de filhos de migrantes ou de outros familiares que migraram (normalmente as mulheres), como é o caso dos somalis no Egipto e na América do Norte, que combinam, assim, migração Sul-Sul e Sul-Norte dentro de uma família. Recursos tais como rendimento, estatuto legal e educação de cada um dos membros da família são factores que podem ser tomados em consideração nas decisões colectivas para determinar “que membro da família vive com quem e onde” (Al-Sharmani, 2007: 5).

A migração pode ter impacto em **redes sociais tradicionais**, alterando tanto a **composição propriamente dita** de grupos e redes como o **poder** que cada membro detém. As famílias “fracturadas” podem dar azo a novos problemas sociais (Chappell e Srisankarajah, 2007). Os **regimes de cuidados** nos agregados familiares e redes familiares alargadas podem passar de pais para avós ou familiares, e de filhos para pais a tomar conta de filhos de migrantes adultos.

Impacto social da migração nos membros das famílias transnacionais

- **As famílias como um todo**

O impacto da migração depende do membro da família e pode variar consideravelmente em função de diferenças de género em matéria de poder, estatuto e idade (Levitt e Glick Schiller, 2004; de Haas e Fokkema, 2009). A decisão relativa a quem irá migrar pode ser tomada em conjunto pela família, apenas pelo chefe da família ou pelo migrante, sem consulta dos outros membros. As tarefas vão sendo renegociadas no seio da família e, possivelmente, com base na alteração de posições de poder dos diferentes membros.

Quem tem recursos financeiros ou autoridade parental pode ter mais a dizer do que os outros (Al-Sharmani, 2007). Embora **alguns membros possam ceder a uma maior liberdade e capacitação** em relação à família e a constrangimentos sociais mais vastos, através da migração, outros, por exemplo, se lhes for atribuído o cuidado das crianças, doentes ou idosos, **podem sentir que as obrigações foram distribuídas de forma desigual** entre os que migram e aqueles que não o fazem (Al-Sharmani, 2007). Esta diferença pode mesmo traduzir-se em exploração, quando os membros mais ricos de uma família contam com uma rede de parentesco alargada para mão-de-obra barata no destino (Bagwell, 2008).

O poder parental pode ficar reduzido quando as crianças conhecem melhor a língua local e muitas vezes falam como nativos mais rápido do que os seus pais (Orellana et al, 2001; Vuorinen, 2003). Isso muitas vezes também leva a uma integração mais rápida e pode representar uma noção de poder nova e em mudança dos filhos em relação aos pais, dada a sua acção enquanto mediadores e intérpretes no domínio público (Vuorinen, 2003).

O impacto da vida familiar transnacional também pode ser tenso no caso de beneficiários de remessas. Quem remete pode sentir uma certa **“obrigação social de enviar”** (Melde e Schicklinski, 2011: 6), enquanto os do lado receptor podem sentir-se **dependente(s)** de (um) outro(s) membro(s) da família(s). Em

Apesar de estarem dispersos por diferentes países e de se estenderem até à 2.ª e 3.ª geração de migrantes, é possível cuidar dos membros da família. O cuidado pode ser trans-geracional (entre filhos adultos e pais idosos, pais e filhos, e avós e netos) e intra-geracional (entre irmãos, por exemplo)
(Zontini, 2006)

alguns casos, os beneficiários podem **perder incentivos por participarem em trabalho produtivo**, como se relatou episodicamente em relação aos maridos de mulheres migrantes de Cabo Verde em Itália. Embora essa migração não diga respeito à mobilidade Sul-Sul, traz a lume uma dependência económica importante em relação ao desempenho de um migrante em prol do bem-estar de uma família inteira.

- **Os migrantes no destino**

Os efeitos sociais sobre os migrantes e seus familiares no país de acolhimento podem ser bastante frequentes, devido ao **sentimento de solidão, depressão, exclusão e falta de contacto emocional com a família e amigos**. A **separação prolongada** de outros membros da família é um factor muitas vezes subestimado. Os contactos transnacionais podem ajudar a manter a saúde mental e psicológica, podendo ainda desempenhar um papel importante no bem-estar psicológico, apoio social e identidade de migrantes (Mahalingam, 2006; GFMD, 2010).

Os migrantes sem documentos muitas vezes enfrentam agruras para garantir que seja dada aos filhos um(a) (estilo de) vida melhor, educação e cuidados de saúde, bem como isenção em relação ao fardo que carregam de sustentar a família através do trabalho, por exemplo, a agricultura de subsistência (Pribilsky, 2004). **Muitas vezes, os migrantes não prevêm quaisquer problemas e sacrifícios** quando se estabelecem no país de destino, o que pode complicar o processo de integração (Huang e Yeoh, 2005).

Outro aspecto da migração é o eventual aumento do **poder social** devido a um estatuto privilegiado entre os membros da família, através da disponibilização de rendimento, de ter sido escolhido para migrar, ou da migração por si só que pode sempre acarretar prejuízos em termos de rendimento e de estatuto (de trabalho). Estes ganhos e as perdas pessoais influenciam directamente o estatuto social no seio de uma família.

As famílias transnacionais podem revelar uma resiliência notável perante os desafios da migração como estratégia socioeconómica:

- **podem oferecer apoio não só emocional mas também financeiro aos seus membros,**
- **manter laços estreitos e**
- **reproduzir-se apesar da separação física**

Os **factores de raça, classe e género** podem sofrer alteração através do processo de migração. Os papéis de género podem ser alterados através da mudança de chefes de família, reforçados, reinventados, ou criar tensões com os predominantes no país de acolhimento (OIM, 2010c). Um migrante pode ver-se subitamente como parte integrante da minoria ou maioria étnica no país de acolhimento. Quem realiza trabalhos pouco qualificados pode, na realidade, ser altamente qualificado no seu país de origem (Levitt e Glick Schiller, 2004).

- **Parceiros/casais**

A partir da existente evidência da migração Sul-Norte, os parceiros são muitas vezes afectados em termos de género por experiências familiares transnacionais. Há quem considere que as famílias onde as mães emigraram são mais afectadas por tensões negativas do que quando o pai migra. Nestes últimos casais, deu-se uma redefinição de papéis e de combinações para a vida familiar, e **a relação dos parceiros melhorou** devido ao aumento da necessidade de cooperação e coordenação, apesar das dificuldades ao longo do processo (Pribilsky, 2004). No entanto, quando os homens migram, as mulheres muitas vezes assumem o papel de prestadoras de cuidados, sendo que quase nunca ocorre o contrário. As mães muitas vezes dependem de redes de cuidados alternativas, a maioria das quais constituídas por outras mulheres (Schmalzbauer, 2010).

Os cônjuges que se deslocam sem os seus parceiros poderão ter também de **se reajustar à vida de um “solteiro” de facto**, apesar de apenas pelo período passado no estrangeiro. Quer migre o homem ou a mulher, isso poderá implicar a assunção de tarefas domésticas tradicionalmente consideradas pelos homens como papéis femininos. As mulheres assumiriam as responsabilidades extra de chefe de família, tais como garantir a produção agrícola e outras actividades geradoras de rendimento e a gestão dos rendimentos, incluindo as remessas (Pribilsky, 2004). Deste modo, **o fenómeno das famílias transnacionais põe em causa as desigualdades materiais entre homens e mulheres** predominantes em muitas sociedades, incluindo nos países ACP (Parreñas, 2005). Os familiares mais pobres e sem terrenos podem ser chamados a substituir o parceiro emigrante. A redefinição de papéis pode levar a um intercâmbio entre o casal relativamente a estes novos papéis, como o homem pedir conselhos sobre como cozinhar e lavar a roupa (Schmalzbauer, 2010). No entanto, isso pode implicar o feedback negativo de terceiros da sociedade na origem, que consideram que os homens que se dedicam a limpar, cozinhar e lavar a roupa perderam o “respeito” da sua esposa e filhos (Pribilsky, 2004: 318).

Estes processos de negociação de papéis (de género) na família não são de forma alguma fáceis, mas poderão levar a uma maior liberdade por parte de mulheres e homens em relação as papéis de género tradicionais (Zontini, 2007). A vida familiar transnacional pode proporcionar uma forma de abandonar uma **relação insatisfatória e abusiva** (Zontini, 2002 citado em Zontini, 2007).

**De que maneira
os papéis de
género nas famílias
transnacionais
Sul-Sul mudam
deveria ser estudado**

Os **desafios** do espaço transnacional incluem **manter o casamento vivo** apesar de viverem separados e **permanecerem fiéis ao parceiro** durante as longas ausências. A migração pode ser um factor de **abandono conjugal, separação e divórcio**. O medo do abandono pode ser um problema relacionado com o estigma em torno de perder o marido e de não ser capaz de prover economicamente ao sustento das crianças. Um parceiro ausente pode originar sentimentos de solidão, depressão e perda de motivação nos parceiros que ficam para trás (Pribilsky, 2004; Huang e Yeoh, 2005). Os casamentos polígamos, nos quais, por exemplo, os homens assumem uma nova mulher no país de destino ou se reúnem no país de destino apenas com outra mulher, pode levar a ressentimento entre as outras esposas.

**Proporcionar o
melhor para os filhos
é muitas vezes a
forma como o êxito
de uma família
transnacional é
avaliado em relação a
ambos os pais**

A medida em que a vida familiar transnacional pode afectar uma pessoa também é variável. Os que se encontram no destino podem estar ocupados a estabelecer-se e a compreender um modo de vida diferente, ao passo que na origem a manutenção do contacto podem acarretar um peso muito maior (como tentar estabelecer uma ligação telefónica ou viajar grandes distâncias para receber remessas). **Não comunicar deliberadamente com o parceiro é uma forma de pressionar o outro ou de reagir ao comportamento do cônjuge**, que é assim reprovado. O outro parceiro assume muitas vezes o papel de mediador entre o progenitor ausente e as crianças, explicando a ausência no estrangeiro e as suas razões. Portanto, muitas vezes não é a quantidade de poder que muda, mas antes as suas manifestações (Pribilsky, 2004).

- **Mães/mulheres**

A “maternidade transnacional» (Hondagneu-Sotelo e Ávila, 1997) é especialmente **desgastante para as mães que tenham de deixar os filhos no país de origem**. Tal pode ficar a dever-se a restrições de imigração ou à natureza do trabalho, como seja viver com uma família, no caso das empregadas domésticas, o que também se aplica a um contexto Sul-Sul. Muitas dessas mães têm de se acostumar à dolorosa separação familiar e ao **sentimento de não “serem boas mães”**. A maioria das sociedades realçam o elo fundamental entre as mães e os seus filhos, o que aumenta a carga das mães que migram como único ganha-pão (Parreñas, 2001, 2005; Schmalzbauer, 2010).

No entanto, pelo facto de as crianças serem uma das principais razões para a migração das mães, para as sustentar economicamente, proporcionar-lhes uma melhor educação, cuidados de saúde e um padrão de vida mais elevado em termos gerais, algumas mães **põem em causa a ideia convencional de “prática da maternidade”** (Hondagneu-Sotelo e Ávila, 1997; Parreñas, 2001). Contrariamente a muitos pais migrantes, constata-se que os trabalhadores domésticos filipinos continuam a prestar cuidados e a assumir a responsabilidade pelos seus filhos a milhares de quilómetros de distância, incluindo destinos no Médio Oriente, nas Américas e na Ásia (Parreñas, 2005). Ao mesmo tempo, podem concretizar as suas próprias aspirações, um aspecto importante da crescente “feminização” da migração.

- **Pais/homens**

Tal como as mulheres, muitos homens migram para sustentar os seus filhos. A **“Paternidade Transnacional” torna-se difícil**, pois estando as **noções culturais comuns da relação entre pais e filhos assentes no respeito** e não numa ligação muito estreita, são difíceis de manter a longas distâncias. Este é o caso das famílias transnacionais filipinas, incluindo no Sul (Parreñas, 2005). Há quem possa tentar impor uma relação bastante patriarcal, o que se revela difícil face a ausências prolongadas e quando as crianças mal conhecem ou não conhecem de todo o seu pai antes de da emigração. Este relacionamento complicado pode então durar até à adolescência. Outros pais podem distanciar-se dos seus filhos, também pelo facto de não saberem a melhor forma de os abordar (Pribilsky, 2004).

Contudo, a vida familiar transnacional também pode proporcionar aos homens uma **ruptura com as relações tradicionais assentes na disciplina, passando a interessar-se e a estabelecer um vínculo emocional com os filhos**. Isso poderia

ser considerado mais moderno e progressista do que os laços tradicionais pai-filhos (Pribilsky, 2004). No entanto, Parreñas (2005) constatou nas famílias transnacionais filipinas que as convenções patriarcais eram frequentemente mais reforçadas do que contestadas.

- **Crianças/gerações seguintes**

A separação da família através do espaço transnacional pode **afectar de modo particularmente negativo a criança que fica para trás** (GFMD, 2010). Isso pode implicar dificuldades de tipo psico-social, tais como sentimentos de abandono, baixa auto-estima, animosidade, depressão e/ou obsessão material que poderá resultar em problemas de comportamento (Bakker, Elings-Pels e Reis, 2009). Se os filhos, especialmente os adolescentes, não forem envolvidos no processo de tomada de decisão de quem migra e para onde, os sentimentos de ressentimento em relação aos pais, ou ao pai, em particular, podem ser a consequência, sobretudo se os objectivos de educação não se materializarem para eles ou se tiverem sido desvalorizados devido à elevada taxa de desemprego juvenil (de Haas e Fokkema, 2009). Sentir a falta dos pais pode ser uma experiência muito dolorosa para os filhos de (um) emigrante(s) (Pribilsky, 2004).

Entre os demais desafios figuram uma **inadequada alimentação, habitação, vestuário, supervisão e cuidados adequados de um adulto** (OIM, 2010a). Os filhos também podem sentir-se obrigados a adaptar-se à “família de acolhimento”, sobretudo quando estas não recebem qualquer contrapartida material das crianças. No entanto, os filhos podem contribuir para o trabalho doméstico e outro tipo de trabalhos. **Reacções e mecanismos de gestão também variam em termos de género**, já que os rapazes tendem a exteriorizar os seus sentimentos, enquanto as meninas internalizam a sua dor, como nos casos da Jamaica e de Trinidad e Tobago. Algumas crianças também podem ter de assumir o papel de pais em relação aos outros irmãos, a assim designada **“parentificação”** (Bakker, Elings de Pels e Reis, 2009:10). As crianças que ficam para trás também poderão ter de abandonar a escola para irem trabalhar para compensar a falta de rendimentos dos pais que migraram, e que não pode ser compensada pelas remessas, tal como se observou no Haiti (Bakker, Elings-Pels e Reis, 2009). A migração também pode ser usada como uma **medida disciplinar** por parte dos pais ou das comunidades de famílias transnacionais, através da ameaça ou do uso da ameaça de enviar as crianças de volta ao país de origem (Orellana et al., 2001).

O **baixo rendimento na escola**, inclusivamente a **perda do direito à educação**, no caso dos migrantes sem documentos, a **falta de acesso a cuidados de saúde** e a incapacidade de registar recém-nascidos são também efeitos visíveis da migração nas crianças (GFMD, 2010). De acordo com IPPR (2010), as provas dos efeitos da ausência dos pais na frequência escolar das crianças não é conclusiva, dado que os baixos índices de matrícula de crianças de tenra idade na Jamaica não podem claramente ser atribuídos exclusivamente à migração.⁴ Uma maior vulnerabilidade ao abuso e exploração sexual em virtude da ausência de um ou de ambos os pais foi verificada em casos nas Caraíbas⁵ (Bakker, Elings de Pels e Reis, 2009).

Se ocorrer **reagrupamento familiar** num determinado ponto, este pode ser percepcionado tanto **como um ganho como uma perda**, já que a relação com a pessoa que ocupou o lugar dos pais na prestação de cuidados à(s) criança(s) pode perder-se neste processo ou tornar-se também transnacional (Suarez-Orozco e Suarez-Orozco, 2001). Infâncias transnacionais com movimentos de ida e volta entre os países são um fenómeno a ter em consideração, embora poucos possam realmente dispor dos recursos para o fazer e muitos poderão apenas ser capazes de manter o contacto via telefone ou comunicação electrónica (Orellana et al, 2001.; Suarez-Orozco e Suarez-Orozco, 2001; Parreñas, 2005).

No entanto, como é habitual, as questões de contexto e generalizações correm o risco **de estigmatizar os esquemas familiares transnacionais**. As famílias “fracturadas” e os pais migrantes, sobretudo as mães, são muitas vezes acusados de problemas comportamentais e educacionais das crianças, que poderiam ter também ocorrido sem o processo de migração. **Pôr termo ao carácter transnacional da vida familiar muitas vezes não é uma opção, devido à dependência de remessas** como rendimento. Os mais pobres muitas vezes também não dispõem de meios para reunir a família e são, portanto, mais afectados pela desagregação da família (Gagnon e Khoudour-Castéras, 2011). “Abandono” também pode ser uma palavra muito forte em situações em que as crianças recebem **apoio emocional** através de telefonemas regulares, cartas, cassetes de áudio, gravações de vídeo e pacotes de cuidados, para além

4 O grande movimento migratório de prestadores de cuidados é outro efeito interessante sobre a capacidade de cuidar das crianças que ficam no país de origem. Com elevados índices de emigração de educação superior, como nas Caraíbas, não permanece um número suficiente de prestadores de serviços para supervisionar as crianças (Gagnon e Khoudour-Castéras, 2011).

5 Este impacto também se verifica em termos de género. Nas Caraíbas verificou-se que quando a mãe emigra, os índices de abuso de natureza física, emocional ou sexual são mais elevados para as crianças que permanecem no país de origem.

das remessas que são muitas vezes a principal razão para a migração sequer ocorrer. O papel **da família alargada** nos esquemas de cuidados e a assunção de papéis e responsabilidades parentais não deve ser subestimado (Pribilsky, 2004; Parreñas, 2005).

Crianças de famílias em que a mãe emigrou parecem ser mais afectadas do que em famílias transnacionais em que o pai está ausente. Esse facto pode ser atribuído à **difículdade de aceitar a alteração do papel das mães mais como um provedor económico do que um prestador de cuidados** (Parreñas, 2005; Schmalzbauer, 2010).

Em contextos de grandes movimentos migratórios, **a mobilidade em si mesma pode tornar-se uma referência social na adolescência**. A formação de famílias transnacionais pode, por conseguinte, influenciar terceiros, bem como as crianças de famílias transnacionais a aspirar elas próprias a migrar como realização de um sonho. Isso pode implicar que o próprio case e tenha filhos primeiro (Levitt e Glick Schiller, 2004; Pribilsky, 2004). Noutros casos, pode incluir **a segunda ou terceira geração de migrantes transnacionais** que nunca migraram, mas que depois do casamento ou quando têm filhos podem **activar as ligações ao seu passado transnacional** (OIM, 2010b). Isso pode pressupor a procura de um cônjuge ou a transmissão de determinados valores aos filhos (Levitt e Glick Schiller, 2004).

- **Os idosos**

Os avós, as avós em particular, podem assumir um **papel de educador dos netos** até estes se reunirem com os pais. Consoante a sua disponibilidade, saúde e trabalho que desenvolvem, os avós podem, em alguns casos, servir de apoio a ambos os pais, em particular, quando o pai permanece, e aos netos (Cheianu-Andrei et al., 2011). Os avós também podem desempenhar um papel importante no acolhimento dos netos durante o Verão ou cuidar deles enquanto os pais estão a trabalhar (Vuorinen, 2003). Contudo, não há estudos sobre a questão de saber se eles também têm que migrar em busca de um trabalho remunerado em caso de morte dos pais, por exemplo, por VIH/sida, ou em caso de cuidados aos netos doentes (Kofman e Raghuram, 2009).

Os idosos são muitas vezes esquecidos, mas assumem papéis como prestadores e beneficiários de cuidado em famílias transnacionais
(Kofman e Raghuram, 2009)

A migração pode ter impacto psicológico sobre as crianças, os idosos e outros membros da família que permanecem. A migração dos seus filhos expõe os idosos a toda uma série de emoções geradas pela **solidão** e pela **impotência**. No entanto, **tomar conta dos netos pode fazê-los sentir-se melhor, compensando os sentimentos de solidão**. Em sociedades em que as crianças são consideradas um recurso para a velhice, a emigração de crianças pode levar a uma perda de crença e confiança por parte dos pais idosos. No entanto, as novas tecnologias da informação podem facilitar a prestação de cuidados transnacional.

Os migrantes no estrangeiro também podem preocupar-se com os pais que ficaram no país de origem, querendo ou não ir para o país de destino. O fosso rural/urbano pode desempenhar o seu papel, como o facto de os pais que viveram no campo toda a vida poderem não estar preparados para ir viver num apartamento citadino noutro país quando envelhecem (Vuorinen, 2003).

- **O impacto social da telecomunicação moderna**

A migração também pode dar azo ao fortalecimento de redes sociais por meio das tecnologias da informação, incluindo a manutenção do contacto com familiares que residem noutros países. Embora há umas décadas atrás as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) fossem rudimentares e caras, hoje em dia muitas famílias transnacionais podem beneficiar de telefones, computadores, ferramentas baseadas em internet como câmaras digitais, conversação em vídeo e cartões telefónicos internacionais. O Skype é provavelmente o meio mais comum para o contacto virtual, ao invés da proximidade geográfica. As **TIC e as redes sociais ajudam a superar a distância geográfica, as fronteiras nacionais e o tempo, através do reforço da ligação (emocional) e das identidades** de indivíduos e familiares.

Bacigalupe e Lambe (2011) vão ao ponto de designar as TIC “um novo membro da família” em famílias transnacionais, uma fonte de capital social, que promove discursos e ajuda a criar uma sensação de que os entes queridos estão presentes. Tudo isto pode incluir a troca de mensagens entre telemóveis, gerando um sentimento de presença constante e de prestação transnacional de cuidados.

Apesar de a maioria dos migrantes ser menos qualificada e, por conseguinte, ser economicamente menos abastada, estes adoptaram desde o início os meios de comunicação de TIC. Isto pode estar ligado ao facto de **as novas tecnologias de telefonia superarem as barreiras de acesso que outras tecnologias**, como a rádio, imprensa escrita, linhas telefónicas terrestres e a internet enfrentaram.

Os telemóveis estão actualmente generalizados mesmo em locais remotos onde muitas vezes existem postos de telefonia móvel para uso de aldeias e comunidades inteiras, inclusivamente em muitos países ACP (Bacigalupe e Lambe, 2011). No entanto, ainda nem todas as famílias têm acesso a telefones e internet em muitos países ACP, uma vez que se trata de uma questão de acesso/cobertura e de recursos disponíveis.

3. Recomendações e boas práticas

3.1 Investigação

Apesar de ser um fenómeno global, **as famílias transnacionais e as políticas sociais no Sul são objecto de escassa investigação**. Como a mobilidade Sul-Sul decorre num enquadramento muito diferente, são necessários estudos para lançar luz sobre esta importante dimensão (Hujo e Piper, 2010; OIM, 2010b). Embora o assunto em si mereça mais provas dos países ACP, alguns temas deverão ser prioritários:

- 🕯 A questão da **migração de crianças** e da **permanência de crianças no país de origem**, enquanto o(s) progenitor(es) emigram, tem vindo a receber mais atenção nas Caraíbas mas ainda não noutras regiões ACP.
- 🕯 **Além das crianças, os estudos deverão incidir nos idosos**, uma vez que em muitas sociedades ACP as crianças são uma espécie de seguro para a idade da reforma e, ao migrarem, poderão estar aptas a proporcionar remessas e cuidados transnacionais. Contudo, os sentimentos de solidão podem ser difíceis de superar. Os próprios idosos também podem migrar, mas pouco se sabe acerca das suas experiências, questões de identidade, opções e dilemas em relação a onde viver. Devido a uma rápida evolução ao nível das TIC, o acesso que têm e o uso que fazem das mesmas poderá também ser prejudicado, caso não seja apoiado por membros mais jovens da família. Um outro tópico de investigação deveria ser a forma como os regimes de cuidados funcionam para eles numa idade avançada.
- 🕯 Os **imigrantes de segunda geração** poderão não ter visitado ou vivido no país de origem do(s) progenitor(es), podendo embora manter-se envolvidos na vida familiar transnacional.
- 🕯 Isto também se aplica às **relações transnacionais** em que os parceiros são provenientes de países diferentes, e quando a língua e o sentimento de pertença pode tornar-se difícil (Zontini, 2007).

✿ Embora as **formas contemporâneas de “família”**, como a coabitação, sejam comuns em muitos países ocidentais, a compreensão e a estrutura das famílias nos países ACP podem também muito bem ter mudado. Estas “novas” formas de “família” poderiam ser estudadas com vista a determinar as estruturas e as necessidades em mudança.

3.2 Uso das TIC

✿ O preço do uso da internet e dos telemóveis caiu drasticamente ao longo dos últimos anos. Ainda assim, algumas regiões continuam a não estar cobertas por redes (tais como algumas zonas das ilhas de Cabo Verde) e algumas pessoas nos países ACP ainda não têm acesso às TIC em locais remotos. Para facilitar a comunicação em geral, e com membros da família transnacional, o telemóvel e a cobertura de internet em locais remotos poderia ser aumentada através de tecnologias novas e inovadoras.

3.3 Apoio de diferentes membros de famílias transnacionais

✿ As **crianças** devem ser consideradas **actores no processo de migração**. Na sequência de uma “feminização” das migrações, a participação e a intervenção de crianças deverá ser promovida na investigação e políticas (Orellana et al, 2001; Hujo e Piper, 2010). Crianças de famílias transnacionais podem ser apoiadas por programas, incluindo organizações voluntárias, dentro e fora da escola. Os serviços psicológicos e sociais são particularmente importantes (ONU GA, 2011), à semelhança da **protecção dos seus direitos sociais e económicos básicos, independentemente do seu estatuto**. Isso aplica-se tanto a crianças que permanecem no país de origem, às que se reuniram com o(s) progenitor(es) e às que migram sozinhas. O acesso à educação e cuidados de saúde por parte de crianças migrantes é de particular importância (OIM, 2010a), assim como o apoio a agregados familiares da responsabilidade de crianças (Bakker, Elings-Pels e Reis, 2009).

Um sistema nacional de registo de crianças e idosos que permanecem no país foi recentemente recomendado num estudo sobre a Moldávia
(Cheianu-Andrei et al., 2011)

O México e as Filipinas oferecem formação linguística, informação sobre remessas, saúde e riscos da migração, orientação cultural e protecção a migrantes, em particular, trabalhadores domésticos e, ao mesmo tempo, dão apoio às famílias dos mesmos que permanecem no México e nas Filipinas, entre outros, através de aconselhamento familiar e formação em TI para facilitar a comunicação (GFMD, 2010)

O México introduziu uma autorização de trabalho para trabalhadores transfronteiriços da Guatemala e do Belize, que permite aos cônjuges e filhos receberem o seu cartão próprio, apoiando assim a coesão familiar. Um cartão de visitante local apoia visitas entre membros da família transnacional (GFMD, 2010)

Os **pais trabalhadores imigrantes** podem ser apoiados através da **prestação de serviços de cuidados infantis e outros serviços sociais**. Isso poderá permitir o reagrupamento familiar e, deste modo, apoiar o bem-estar psicossocial da família. Além disso, o contacto com e o apoio da comunidade local no destino pode ajudar a apoiar o processo de integração. Os agregados familiares da responsabilidade de mulheres devem receber especial atenção.

Os **pais migrantes** devem manter-se em contacto com a escola dos filhos, com vista a reforçar o seu papel educativo e de supervisão, bem como a reforçar o papel de apoio da instituição e dos professores. As **escolas** poderiam desenvolver actividades extra-curriculares para as crianças que permanecem (Cheianu-Andrei et al., 2011).

Os pais também devem **designar representantes legais** para permitir a protecção dos seus filhos e dos idosos em caso de emergência médica (Cheianu-Andrei et al., 2011).

Os **migrantes idosos** e os idosos que permanecem poderão também precisar de **aconselhamento e de outros serviços de apoio social** (Zontini, 2007). Contar com um terceiro “neutro” a quem pedir aconselhamento poderá apoiar qualquer membro de uma família, no país ou no estrangeiro. Além disso, o trabalho dos mesmos deverá ser apoiado pelos governos para evitar situações de estigmatização e assistir as muitas famílias transnacionais que integram o mundo em que vivemos hoje.

Os **países de origem** devem desenvolver **políticas abrangentes para apoiar as famílias e prestadores de cuidados a filhos de trabalhadores migrantes** no âmbito das suas responsabilidades parentais.

3.4 Legislação e políticas sociais de migração

✿ Embora a maioria dos países apoiem o reagrupamento familiar, muitas leis de imigração, incluindo no Sul, podem contribuir para o estabelecimento de famílias transnacionais. Portanto, há que avaliar **as leis de imigração** em termos do seu **impacto nas famílias** (Zontini, 2007; OIM, 2010b). Alguns programas de trabalho temporário beneficiam as mães com crianças que permanecem, de modo a assegurar o regresso das mesmas, o que pode subestimar os custos sociais em causa para as famílias.

✿ Além disso, **a procura de prestadores de cuidados nos países desenvolvidos implica repercussões consideráveis não só nas suas famílias no Sul, mas gera ainda mais migração Sul-Sul** de trabalhadores domésticos migrantes. Consequentemente, a legislação sobre família e sobre trabalho deverá ser avaliada também no que diz respeito às suas implicações (Zontini, 2007).

✿ Viabilizar **visitas e regresso**, bem como proteger o direito humano ao **reagrupamento familiar** é importante para o bem-estar dos indivíduos (ONU GA, 2011). Tudo isso pode aliviar a tensão de estarem separados geograficamente. As restrições de viagem existem não só em relação aos países desenvolvidos mas também entre os países ACP. A redução do stress através do acesso às suas estruturas familiares habituais também pode promover a saúde, produtividade e bem-estar psicológico dos mesmos (GFMD, 2010).

✿ Haverá que criar **enquadramentos jurídicos** que garantam que cada criança que permanece possui um representante legal (Cheianu-Andrei et al., 2011).

A Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias constitui um guia útil para a acção, que poderia ser usado pelos Estados para fortalecer a capacidade de os migrantes contribuírem de diversas formas e protegerem a vida familiar transnacional

Integrado no seu Plano Nacional de Acção para a Protecção de Crianças Desprovidas de Cuidados Parentais (2010-11), a Moldávia criou um Centro de Informação de Direitos da Criança (GFMD, 2010)

3.5 Cooperação Sul-Sul

A cooperação Sul-Sul é necessária para **harmonizar as abordagens políticas e institucionais** nos países ACP:

- 🌿 Promoção de **parcerias**, em particular ao nível sub-regional e bilateral (GFMD, 2010)
- 🌿 **Partilha de experiências**, provas e mecanismos de protecção social;
- 🌿 **Reforço da protecção jurídica dos migrantes, crianças, idosos e outros familiares** (Bakker, Elings-Pels e Reis, 2009).

4. Referências e manuais úteis

Referências

Al-Sharmani, M.

- 2007 'Contemporary Migration and Transnational Families: The Case of Somali Diaspora(s)', paper prepared for the Migration and Refugee Movements in the Middle East and North Africa, The Forced Migration & Refugee Studies Program, The American University in Cairo, Egito, outubro 23-25, 2007.

Assembleia Geral Nações Unidas

- 2011 *Summary of the Informal Thematic Debate on International Migration and Development*. Note by the President of the General Assembly. A65/944, 12 setembro 2011. <http://www.un.org/esa/population/migration/GA65944e.pdf>.

Bakker, C., M. Elings-Pels e M. Reis

- 2009 'The impact of migration on children in the Caribbean', UNICEF Office for Barbados and Eastern Caribbean, Paper No. 4, agosto 2009, http://www.unicef.org/barbados/Impact_of_Migration_Paper.pdf.

Bauman, K.

- 1997 'Shifting Family Definitions: The Effect of Cohabitation and Other Nonfamily Household Relationships on Measures of Poverty', Poverty – Experimental Measures, U.S. Bureau of the Census, http://www.census.gov/hhes/povmeas/publications/taxes/shft_cen.html.

Bacigalupe, G. e S. Lambe

- 2011 'Virtualizing Intimacy: Information Communication Technologies and Transnational Families in Therapy', *Family Process*, Vol. 50: 1, pp. 12-26, março 2011.

Bagwell, S.

- 2008 'Transnational family networks and ethnic minority business development. The case of Vietnamese nail-shops in the UK', *International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research*, Vol. 14: 6, pp. 377 – 394.

Bjéren, G.

- 1997 'Gender and reproduction'. In T. Hammar, G. Brochmann, K. Tamas & T. Faist (Eds.). *International migration, immobility and development. Multidisciplinary perspectives*. Oxford: Berg, 219-246.

Bryceson, D. e U. Vuorela (eds.)

- 2002 *The Transnational family. New European frontiers and global networks*. Oxford: Berg.

Chappell, L. e D. Sriskandarajah

- 2007 'Mapping the Development Impacts of Migration.' Development on the Move: *Working Paper 1*. Londres, ippr. <http://www.gdnet.org/CMS/getFile.php?id=Impactmap.pdf>.

Cheianu-Andrei, D. et al.

- 2011 'Specific needs of children and elderly left behind as a consequence of migration', OIM, Czech Development Agency and UNFPA: Chisinau.

De Haas, H. e T. Fokkama

- 2009 'Intra-household tensions and conflicts of interest in migration decision making: A case study of the Todgha valley, Morocco', International Migration Institute, Working Paper 17, 2009.

Forum Mundial Migrações e Desenvolvimento

- 2010 'Background Paper', Roundtable 2 – Human mobility and human development; RT Session 2.2: *Migration, Gender, Family*. <http://www.gfmd.org/en/documents-library/mexico-2010.html>.

Gagnon, J. e D. Khoudour-Castéras

- 2011 *Tackling the Policy Challenges of Migration. Regulation, Integration, Development*. OECD: Paris.

Hochschild, A. R.

- 2001 'Global care chains and emotional surplus value' in Hutton, W. And Giddens, A. (eds) *On the edge. Living with global capitalism*, Londres: Vintage.

Hondagneu-Sotelo, P. e E. Avila

- 1997 'I'm here, but I'm there'. The meanings of Latina transnational motherhood. In *Gender and Society*, 11(5), 548-571.

Hujo, K. e N. Piper

- 2010 'Linking Migration, Social Development and Policy in the South – An Introduction', in K. Hujo and N. Piper (eds), *South-South Migration. Implications for Social Policy and Development*. UNRISD/Palgrave Macmillan, Basingstoke.

Kofman, E. e P. Raghuram

- 2009 'The Implications of Migration for Gender and Care Regimes in the South', Social Policy and Development – Paper No. 41, UNRISD: Geneva.

Levitt, P. e N. Glick Schiller

- 2004 'Conceptualizing simultaneity: A transnational social field experience of society', *International Migration Review*, 38(145): 595-629, outono 2004.

Mahalingam, R.

- 2006 *Cultural Psychology of Immigrants*, Lawrence Erlbaum Associates Inc.

Melde, S. e J. Schicklinski

- 2011 'Remesas na África, Caraíbas e Pacífico', *Observatório ACP das Migrações Nota de Informação* No. 2, Março 2011. <http://www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/PT-Back-groundnote2-2011ObsACP-Remessas-new.pdf>

Ong, A.

- 1999 *Flexible Citizenship: The Cultural Logistics of Transnationality*. Durham, SC: Duke University Press.

Orellana, M.F. et al.

- 2001 'Transnational Childhoods: The Participation of Children in Processes of Family Migration', *Social Problems*, Vol. 48: 4, pp. 572-591.

Organização Internacional para as Migrações (OIM)

- 2010a 'A Framework and Recommendations for Action on Children Affected by Migration in the Caribbean', OIM: Genebra e Washington, D.C. http://publications.iom.int/bookstore/free/Children_Migration_MRF_WASH.pdf.
- 2010b 'Migration and Transnationalism: Opportunities and Challenges', *International Dialogue on Migration*, Intersessional Workshop 9-10 março 2010, Background paper, http://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/microsites/IDM/workshops/migration_and_transnationalism_030910/background_paper_en.pdf.
- 2010c 'Societies and Identities: The Multifaceted Impact of Migration', *International Dialogue on Migration*, Intersessional Workshop 19-20 julho 2010, Background paper, http://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/microsites/IDM/workshops/societies_and_identities_061910/background_paper.pdf.

- 2011 *Glossary on Migration*. 2nd edition, IML Nr. 25, <http://publications.iom.int/bookstore/free/IML25.pdf>, em: Observatório ACP das Migrações *Manual de Investigação para investigação apoiada pelo Observatório ACP das Migrações* http://www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/ACP%20Obs%20Manual%20de%20invest%20PT%20Anexos_0.pdf

Oyewumi, O.

- n.d. 'Conceptualizing Gender: the Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the Challenge of African Epistemologies', CODESRIA: Dakar, <http://www.codesria.org/IMG/pdf/OYEWUMI.pdf>.

Parreñas, R. S.

- 2001 *Servants of Globalization. Women, Migration, and Domestic Work*. Stanford University Press: Stanford, CA.
- 2005 *Children of global migration: Transnational families and gendered woes*. Stanford University Press: Stanford, CA.

Pribilsky, J.

- 2004 'Aprendemos a convivir: conjugal relations, co-parenting, and family life among Ecuadorian transnational migrants in New York City and the Ecuadorian Andes.' In *Global Networks*, 4(3), 313-334.

Schmalzbauer, L.

- 2010 'Disruptions, Dislocations, and Inequalities: Transnational Latino/a families surviving the global economy', *North Carolina Law Review*, Vol. 88, 2010.

Suarez-Orozco, C. e M. Suarez-Orozco

- 2001 *Children of immigration*. Boston: Harvard University Press.

Tacoli, C.

- 2002 'Changing rural-urban interactions in sub-Saharan Africa and their impact on livelihoods: a summary', *Working Paper Series on Rural-Urban Interactions and Livelihood Strategies*, Working Paper 7, IIED: Londres.

Vuorinen, P.

- 2003 'Family in Transition: Transnational Family Ties and Identity Negotiation', *Pro Ethnologia, Multiethnic Communities in the Past and Present* 15, pp. 67-94, <http://www.erm.ee/pdf/pro15/pihla.pdf>.

Zontini, E.

- 2006 'Italian families and social capital: Care provision in a transnational world.' In *Community, Work and Family*, 9(3), 325-345.
- 2007 'Transnational families', Sloan Work and Family Research Network Encyclopedia Entry, <https://workfamily.sas.upenn.edu/wfrn-repo/object/be4md40po6iq2g3x>.

África Central
 África Austral
 Caribeas
 saúde
 Haiti
 formação
 Timor-Leste
 desenvolvimento
 República Democrática do Congo
 estatísticas
 África Ocidental
 direitos
 Pacífico
 gênero
 remessas
 Trindade e Tobago
 base de dados
 diásporas
 Senegal
 trabalho
 África Oriental
 Nigéria
 Sul-Sul
 Camarões
 Tanzânia
 tráfico de pessoas
 deslocamento
 Meio ambiente
 Quênia
 Lesoto
 urbanização
 Papua Nova Guiné
 integração
Observatório
 migração

Observatório ACP das Migrações

20, rue Belliardstraat (7º andar)

1040 Bruxelas - Bélgica

Tel.: +32 (0)2 894 92 30 - Fax: +32 (0)2 894 92 49

ROBrusselsACP@iom.int - www.acpmigration-obs.org



Uma iniciativa do Secretariado ACP, financiada pela União Europeia,

implementada pela IOM e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA

